



ATA N.º 2/2017

DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DE 2017
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 1 DE MARÇO DE 2017

-----No dia 1 de março de 2017, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de fevereiro de 2017 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 1 de março de 2017 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 3 - *Informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da emissão de autorização prévia referente ao Concurso Público para o fornecimento de refeições e lanches para as escolas EB 1 e Jardins de Infância – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso;*
- PONTO 5 - *Dia Internacional da Mulher, 8 de março. ONU: “Agenda 50-50, até 2030”. Tema da ONU Mulheres para 2017;*
- PONTO 6 - *Apreciação dos Relatórios das Comissões Especializadas, referentes ao ano de 2016.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 45 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo



Fl. 16v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1.º Secretário)
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
LCF	Ana Margarida P. A. Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	José Manuel da Silva Jácome
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
INDEPENDENTE	José Alberto Baptista
BE	José Manuel Maia dos Santos

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença	1 dia	Márcio Filipe dos Santos Viegas
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira	1 dia	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória	1 dia	José Manuel da Silva Jácome

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, nos momentos indicados nesta Ata, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Joaquim José Furtado Marreiros Azevedo

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente



PS	Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PSD	João António do Rio Rosa Bravo - Vereador
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

-----**FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL**, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
CDU	Maria Luísa Miranda Matos Cardoso Teixeira - Vereadora

-----**ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES:** Dispensada a leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes Atas:

-----Ata n.º 10/2015 da Sessão Extraordinária de junho de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 26 de junho de 2015.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Ata n.º 10/2015, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	IND	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	7	4	1	2	1	1	16
ABSTENÇÕES	1	0	0	0	0	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 13/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Ata n.º 10/2015 Sessão Extraordinária de junho de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 26 de junho de 2015.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Sessão a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	José Manuel da Silva Jácome
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)



Fl. 17v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante este expediente, entrou na sala a seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	20.47

-----Ata n.º 11/2015 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de junho de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 29 de junho de 2015.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Ata n.º 11/2015, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	IND	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	10	3	-	2	-	1	16
ABSTENÇÕES	1	0	-	0	-	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	-	0	-	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 14/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Ata n.º 11/2015 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de junho de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 29 de junho de 2015.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
IND	José Alberto Baptista
LCF	José Manuel da Silva Jácome
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo

-----Ata n.º 12/2015 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de junho de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 6 de julho de 2015.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Ata n.º 12/2015, tendo-se verificado o seguinte resultado:



	PS	PSD	LCF	CDU	IND	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	9	3	1	3	1	1	18
ABSTENÇÕES	1	0	0	0	0	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 15/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Ata n.º 12/2015 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de junho de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 6 de julho de 2015.-

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1.º Secretário)
LCF	José Manuel da Silva Jácome
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)

-----Ata n.º 13/2015 da Sessão Extraordinária de julho de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 22 de julho de 2015.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 16/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 13/2015 da Sessão Extraordinária de julho de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 22 de julho de 2015.----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Sessão a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
LCF	José Manuel da Silva Jácome
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato

-----Ata n.º 14/2015 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de setembro de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 14 de setembro de 2015.-----



Fl. 18v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

-----**DELIBERAÇÃO N.º 17/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 14/2015 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de setembro de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 14 de setembro de 2015.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	José Manuel da Silva Jácome
BE	José Manuel Maia dos Santos

-----Ata n.º 15/2015 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de setembro de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 6 de outubro de 2015.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 18/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 15/2015 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de setembro de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 6 de outubro de 2015.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas

-----Ata n.º 16/2015 da 3.ª Reunião da Sessão Ordinária de setembro de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 7 de outubro de 2015.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 19/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 16/2015 da 3.ª Reunião da Sessão Ordinária de setembro de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 7 de outubro de 2015.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:



GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo

-----Ata n.º 17/2015 da Sessão Extraordinária de outubro de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 19 de outubro de 2015.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 20/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 17/2015 da Sessão Extraordinária de outubro de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 19 de outubro de 2015.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	José Manuel da Silva Jácome
BE	José Manuel Maia dos Santos
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato

-----Ata n.º 18/2015 da Sessão Extraordinária de outubro de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 21 de outubro de 2015.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 21/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 18/2015 da Sessão Extraordinária de outubro de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 21 de outubro de 2015.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
LCF	José Manuel da Silva Jácome
BE	José Manuel Maia dos Santos



Fl. 19v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato

-----Ata n.º 19/2015 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de novembro de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 30 de novembro de 2015.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 22/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 19/2015 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de novembro de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 30 de novembro de 2015.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PS	João Henrique Pereira
LCF	José Manuel da Silva Jácome

-----Ata n.º 20/2015 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de novembro de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 7 de dezembro de 2015.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 23/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 20/2015 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de novembro de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 7 de dezembro de 2015.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PS	João Henrique Pereira
LCF	José Manuel da Silva Jácome
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante este expediente, entrou na sala a seguinte Membro da Assembleia Municipal:



GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	Joaquim José Furtado Marreiros Azevedo	20.59

-----Ata n.º 21/2015 da 3.ª Reunião da Sessão Ordinária de novembro de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 14 de dezembro de 2015.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 24/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 21/2015 da 3ª Reunião da Sessão Ordinária de novembro de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 14 de dezembro de 2015.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
PS	João Henrique Pereira

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** O Sr. Nautilio Lourenço fez a seguinte intervenção: “Volto a dirigir-me a esta Assembleia Municipal porque quero a reintegração na plenitude do meu direito de propriedade, como consta da Certidão da Conservatória do Registo Predial de Lagos. Volto a pedir a esta Assembleia que intervenha no sentido que o projeto 151/71 seja construído de acordo com o projeto aprovado, já que está em causa terreno do domínio público e direitos de terceiros. As respostas da Câmara Municipal e esta Assembleia, descritas na informação 9476/2015 ES, são fundamentadas no processo 151/71 e não corresponde, à verdade. Ao contrário do que a Câmara Municipal diz, em que não se avançou para a cedência/expropriação e alargamento do caminho, referindo a informação de 5/11/84, entrego cópia a esta Assembleia de um aditamento a essa informação datado de 7/06/85. A Câmara Municipal mediu a área do atual logrador e também tem a área do logrador original representado no processo 151/71, como pode a Câmara Municipal dizer que não foi alargado o caminho. A Câmara Municipal também não pode dizer que não sabe a área utilizada no alargamento do caminho, basta para isso subtrair a área do logrador atual da área do logrador original. Ao contrário do que a Câmara Municipal diz, em que a porta representada no processo 151/71, é da minha vizinha, tanto eu como a minha vizinha dizemos, que a porta e



Fl. 20v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

janela que foram tapadas pela construção do muro, são minha pertença, afirmações essas reforçadas com o envio para a Câmara Municipal de dois abaixo-assinados, fotografia da porta e janela e peças gráfica desenhadas. Eu e a minha vizinha não podemos resolver esta questão por via judicial, se ambos estamos de acordo com a posse da referida porta e janela. Quanto à vistoria, tenho a acrescentar, que esta foi realizada, e que fui notificado pela Sra. Presidente da Câmara Municipal na qualidade de proprietário do prédio a fazer obras no local que a Câmara Municipal, fundamentada no processo 151/71 diz ser da minha vizinha. Com todas estas contradições é de extrema importância que o processo 151/71 seja construído de acordo com o projeto aprovado, já que lesa o Município e terceiros.”-----
-----O Sr. José Lourenço, fez a seguinte intervenção: “Dirijo-me a esta Assembleia para protestar e reclamar com a Câmara Municipal de Lagos me tem tratado. Esta Câmara beneficia um cidadão, Sra. Cármen, em detrimento da minha pessoa. Na resposta através da arquiteta Andreia Fino, esta contextualiza a resposta num historial cronológico, pouco exato, não começa pelo princípio, não começa pela causa, omite informação já prestada anteriormente e factos. É parcial. Termina no ponto 8, dizendo que a origem da situação resulta de uma divergência entre particulares. Era por aqui que a Câmara Municipal de Lagos devia ter começado deixando aos Tribunais a decisão. A Câmara Municipal de Lagos não deve substituir os Tribunais e ser juiz em causa alheia. Corrigindo a informação cronológica: no ponto 2 – informo que o início começa 2 anos antes do início do resumo da Sra. arquiteta Andreia. Começa por um pedido do Sr. Nautilio, meu irmão, para colocar um estendal de roupa na janela do 1.º andar do prédio onde habito. Esta situação foi comunicada à Sra. Cármen o que gerou queixas e ódio contra o meu irmão Nautilio. Esta situação veio a originar a recusa da Câmara Municipal de Lagos em autorizar o pedido do estendal e posteriormente favorecimentos à Sra. Cármen através de parcialidades. A explicação dada foi pelo impacto visual. Observo que a Sra. Cármen tem um estendal elevado na varanda com uma dimensão várias vezes maior e mais impacto visual. A Sra. Jurista Marta Gil, já tinha informado, no apoio jurídico pedido pela Sra. Cármen, tratar-se o assunto de uma divergência entre vizinhos, em que não compete à Câmara intervir em caso da impossibilidade de acordo nas relações entre vizinhos. Esta é a informação n.º 330 com a data 20/10/2010. Na atual resposta da Câmara, através da Eng. Andrea da UTOP, esta chegou à brilhante conclusão em 5/05/2015, ou sejam, passados 5 nos de lutas, e desgaste, dizendo textualmente: “Ponto 8 – reiterando-se uma vez mais que a origem da situação resulta de uma divergência entre os particulares.” No entanto os 2 muros estão lá e em 2010 (5 anos antes) não estavam, ou seja, a Câmara Municipal de Lagos criou toda esta situação atual através da sua parcialidade e enviesamento. Dizer a Câmara Municipal que não existe impacto visual, para mim é fugir à verdade ou é inverdade. A Eng. Andrea responde-me textualmente: “Que relativamente à redução da iluminação do espaço, provocada pela execução do muro, temos a informar que não existem peças gráficas da moradia em apreço, não foi possível verificar se o encerramento do vão contribuiu para a redução das condições de habitabilidade e salubridade da edificação.” Perante isto concluo que foi uma brilhante conclusão da Sra. Eng..



Talvez deva agradecer e pagar os melhoramentos fornecidos. Mas também pergunto se não haverá outros meios ao alcance da Câmara Municipal de Lagos para tornar possível a verificação do descrito anteriormente (falta de peças gráficas não) mas sim as condições de salubridade. Resta-me a análise documental da situação pelas forças políticas desta Assembleia. Verifiquem o completo desrespeito pela Lei e pelos Regulamentos Municipais. 1.º - Foi autorizado um muro de forra e foram construídos dois. 2.º - Estes muros oferecem forte impacto visual e prejudica a salubridade do prédio contíguo. 3.º - Estes muros foram construídos sobre enchimento artificial (entulhos) e não sobre a quota natural do terreno. 4.º - Estes muros obstruem e tapam a livre passagem e acesso dos esgotos à rede de esgotos. 5.º - Estes muros não têm qualquer isolamento ou drenagem. Escorrem as águas da chuva para o chão da sala e paredes. 6.º - O projeto da casa vizinha foi aprovado e sem alterações ao projeto como tendo acesso pela rua da Esperança, n.º 3. Esta situação não se verifica sendo uma violação à Lei e a Câmara Municipal de Lagos tem conhecimento. A Câmara Municipal de Lagos tem conhecimento que o acesso se faz pela Rua da Abrótea, daí a necessidade de tapar a janela e a porta da habitação contígua, que tem logradouro comum.”-----

-----A Sra. Rita Silva, disse que estava muito preocupada com o CETA - acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Canadá, uma vez que o considerava uma séria ameaça para o interesse público e para o bem comum, pelo que deveria ser organizado um debate público sobre o assunto.-----

-----A Sra. Paula Couto (PS) deu os parabéns e desejou muitas felicidades ao Sr. Presidente da Mesa, Dr. Paulo Morgado, em nome do Grupo Municipal do PS, por este ter tomado posse como Presidente da Administração Regional de Saúde do Algarve.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD), em nome do PSD Lagos, deu os parabéns ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, por este ter sido nomeado para Presidente da ARS Algarve.-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) sobre a situação reportada pelos Municípes, relativamente à questão verificada no Bairro da Abrótea, disse que se era para a Assembleia Municipal se prenuciar sobre o assunto, deveria ser criado uma Comissão Eventual, com representantes de todos os Grupos Municipais, para avaliarem o assunto, porque sem ser desenvolvido algum trabalho por parte da Assembleia Municipal no sentido de analisar documentação e visitar o local em causa, este Órgão, na sua opinião, não poderia emitir um parecer sobre o assunto.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), relativamente ao assunto relacionado com o Bairro da Abrótea, trazido por dois Municípes, disse que a Assembleia Municipal, só poderia dar uma resposta aos Municípes depois de a Câmara Municipal enviar à Assembleia Municipal uma informação técnica sobre o assunto e os Grupos Municipais se prenuiciarem sobre o assunto, em reunião da Comissão Permanente.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) desejou um bom trabalho ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pelas funções por este assumidas na ARS Algarve. Disse que o assunto do Bairro da Abrótea, trazido pelos Municípes, deveria baixar à Comissão



Fl. 21v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Permanente, uma vez ser um assunto que se arrasta há anos. Informou a Sra. Rita Silva que a Assembleia Municipal tinha já tomado posição sobre a questão do acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Canadá.-----

-----O Sr. José Santos (BE) felicitou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pelo cargo para o qual foi nomeado na ARS Algarve. Disse que o assunto relacionado com o Bairro da Abrótea já era recorrente na Assembleia Municipal, pelo que concordava com as palavras do Sr. José Jácome.-----

-----**PONTO 3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-587-10.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução ao assunto, tendo ainda aproveitado a oportunidade para prestar alguns esclarecimentos sobre o assunto relacionado com o Bairro da Abrótea, trazido pelos Múncipes, relativamente ao que estava a ser desenvolvido pelos Serviços.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) fez a seguinte intervenção: “Sr. Presidente da AM e Srs. Membros da Mesa da AM, Sra. Presidente da CM e Srs. Vereadores da CM, Caros Membros da AM, Caros lacobrigenses aqui presentes. Este é sempre um momento central da atividade fiscalizadora da AM sobre a gestão municipal. Por isso, ao longo destes anos do mandato, sempre cuidámos em fazer uma análise fiscalizante do modo como a gestão municipal é feita, procurando valorizar o que deve ser valorizado, alertar para o que deve ser alertado, solicitar correção para o que entendemos dever ser corrigido. Mas, antes de iniciar a análise do seu texto, Sra. Presidente, permita-me que dirija ao Sr. Presidente da AM, Dr. Paulo Morgado, as mais sinceras saudações pela sua nomeação para presidir à ARS do Algarve. Da nossa parte, e já vimos que a maioria desta Assembleia o compartilha connosco, tem o Sr. Presidente o mais caloroso apoio. Que a sua experiência, seja hospitalar, seja administrativa, seja política, possa ser utilizada para além destas quatro paredes, beneficiando dela todos os que dela necessitam. Parabéns, por isso, do membro do G M I e desejo de felicidades para o novo futuro que hoje começou. Como ponto de regresso à ordem do dia desta sessão, tem o membro do G MI o texto enviado pela Sra. Presidente; texto que ao longo do tempo se foi consolidando sob a estrutura dos serviços municipais, mantendo-se a política como a mão invisível que conduz a ação administrativa e operacional aos desideratos do projeto político da CM. Por isso, como dizíamos, cuidamos em ler com atenção e pausa a informação da Sra. Presidente, tentando relevar o que está escrito e, sobretudo, desvendar algo que esteja omisso. O que não significa que, em quase fim de mandato, não deixemos uma palavra de reconhecimento pelo modo como o documento, apesar da forte matriz administrativa, foi evoluindo e hoje se apresenta como utensílio fiável de análise e de fiscalização pela AM. Mas, antes de começarmos com o Texto da informação, o membro do G.M.I. não pode deixar de referir um assunto que, não constando do texto, foi objeto de nota de envio, e de comentário, para a AM: o texto do Tribunal de Contas sobre “emolumentos notariais e custas de execuções fiscais”.



Foi este assunto, há já algum tempo, matéria de muita estranheza e de grande agitação; estranheza e agitação que a informação dada pelos serviços da CM não deixaram de lembrar, quando escreve: “face às dúvidas que esta matéria tem suscitado nalgumas áreas deverá ser dado conhecimento da decisão à Câmara Municipal e Assembleia Municipal”. Ora, para o membro do G M I o resultado foi contraproducente, uma vez que esta nota só aumentou as nossas dúvidas. E com razão. Porque é o Tribunal de Contas que se apoia num Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria – Geral da República, votado na sessão de 23 de Novembro de 2011, mas, que não anexa; porque é o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público que faz sobre esse Parecer uma leitura extensa, mas diz não ter tido acesso ao Parecer; por fim, é um Parecer que não se encontra disponível no sítio da PGR. Parece um mundo de fingimentos... Interessante é o texto do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, com o título: “PGR autoriza pagamento de suplementos notariais das câmaras”. Aconselhamos a sua leitura, que, aqui, por extensa, nos dispensamos de fazer. E a partir daqui, com este Parecer que parece que só a poucos foi dado acesso, temos a construção de uma pós-verdade: o Parecer de um Conselho Consultivo, que não é um órgão deliberativo ou executivo da PGR, que faz o seu caminho, mesmo depois das alterações introduzidas pela Lei legislação autárquica. Da nossa parte, não há nenhuma relutância, pelo contrário, em aceitar o cumprimento do que a lei permite, ou não permite. A questão de fundo, para nós, foi e é essencialmente política. E, por isso, pela última vez, nós nos iremos referir a ela, sabendo que aumentaremos os custos pessoais de tal leitura. Porque, a questão de fundo é mesmo política, como dizíamos. Começamos pela própria legislação autárquica que acompanha a nossa opinião. A Lei 75/2013 revogou o artigo 68.º da Lei 169/99, que no seu n.º 2, alínea b) dizia que competia ao presidente da Câmara:” designar o funcionário que, nos termos da lei, serve de notário privativo...”. O que o artigo 35.º da Lei 75/2013 vem alterar, eliminando do seu número 2 a referida alínea b) da Lei 169/99... Em conclusão simples, para nós, o Parecer Consultivo da PGR, do dia 23/11/2011, a existir, contempla, tão só, e ainda, que os funcionários municipais “podem continuar a perceber participações emolumentares e custas de processos de execução fiscal”... diz o Parecer do Tribunal de Contas. Não diz que devem; mas, e tão só, que podem... Indo ao texto da Sra. Presidente, ainda neste campo, continuamos a ser surpreendidos com o número de processos instaurados de execução fiscal: em Janeiro, foram 935, o que corresponde a um aumento, em relação ao mês anterior, de cerca de 11,5%. Porquê? Chegados aqui, fechamos este assunto, referenciando duas questões: a primeira, que os funcionários municipais, como os gestores políticos municipais, estão sujeitos, por lei e por dever de ofício, ao escrutínio dos munícipes e dos órgãos de fiscalização política como a AM; a segunda, que a população não compreende que um cidadão em situação financeira difícil, não venha, por atraso de pagamento, a beneficiar de uma moderação fiscal em tal situação. E assim, respondemos aos cuidados informativos da Unidade Técnico – Jurídica da CM. Para o membro do G M I o Parecer Consultivo da PGR é tão ambíguo, como poderá ser ambígua uma posição política sobre esta matéria. O que só leva a concluir pelo aumento das nossas dúvidas sobre o assunto. Para ponto final



Fl. 22v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

nesta matéria, exaramos: não gostamos que tratem a AM como constituída por membros de um órgão menor municipal. Findo este parêntesis, voltemos ao texto da Sra. Presidente. Assim, começando pela Nota Introdutória, que lemos sempre com especial atenção, na medida em que nela, em princípio, se focam os momentos que a Sra. Presidente entende realçar, há a destacar a criação do Plano Municipal para o Acolhimento e Integração de Refugiados no Município de Lagos. O membro do Grupo Independente da AM não pode deixar de relevar esta decisão que vem por à prova a capacidade da nossa comunidade local em saber, ou não saber, acolher o refugiado; já não é só um assunto que diz respeito a outros, ou só para ser visto na televisão. Chegou a nossa vez de nos comprometermos: sabê-lo-emos fazer, tanto ou melhor, como o que exigimos que os outros o façam? O Grupo Municipal Independente dará todo o apoio, pessoal, institucional e político, à boa execução deste Plano Municipal, Sra. Presidente. Depois, a Nota refere a implementação do serviço de atendimento personalizado a empresários e a empreendedores. Da Coligação TSL para o Grupo Independente passa esta nossa preocupação: a capacidade do Município de ter um plano económico para o seu desenvolvimento. Restabelecida a sustentabilidade financeira do Município, com superávits de assinalável mérito, chegou a hora de os governantes locais ousarem metodologias de crescimento económico modernas e inovadoras, já aplicáveis em várias cidades da Europa e de outros continentes. E este assunto é deveras importante, para que sobre ele nos debrucemos mais um pouco. Recentemente, fomos informados que, em 2016, nas entradas do motor de busca Google, a Cidade de Lagos aparecia em primeiro lugar, cabendo a Portugal uma posição também cimeira. Também recentemente, em conversas com responsáveis locais de várias áreas económicas e sociais, a sensação com que ficámos é que a Cidade de Lagos está madura para uma mutação profunda na gestão do seu futuro. A calda está preparada; aos políticos cabe agora a decisão do que querem fazer com ela. Porque, o comboio da história é mais veloz que o TGV; se não parar na estação certa, na hora certa e com os comandos certos; o comboio da história não fará regressos. Por fim, uma referência à parte final da Nota da Sra. Presidente. A seguir à euforia das geminações, por razões económicas ou outras, esta aproximação a outras terras e gentes foi-se esmorecendo, com lamento da nossa parte. Sobretudo, quando a globalização e a mundialização alteraram as coordenadas de relação entre os povos e, também sobretudo, quando o espírito político e democrático vai cedendo perante pressões nacionalistas e populistas de alguns povos e gentes. É necessário e urgente refazer os contactos das geminações; se não sairmos de casa, não conheceremos nem daremos nada ao outro, como não conheceremos nem receberemos o que outro nos pode dar. Há experiências de gestão municipal inovadoras, seja no âmbito de participação democrática, seja no âmbito de realizações culturais e sociais. Por exemplo, enquanto entre nós ainda se debate a hipótese das Smart Cities, já lá fora se questiona se elas são uma solução, ou, se serão muros para novas desigualdades. Um gabinete de gestão e de reflexão, sob a égide da Sra. Presidente, constituído pela boa matéria-prima administrativa e técnica que a CM hoje possui, e com a presença de membros da AM e da sociedade civil, poderia ser uma boa alavancagem para a velocidade da



Cidade TGV de Lagos. Outros assuntos da Informação da Sra. Presidente. Lagos comemorou os 40 anos de Poder Local. Seria da nossa parte injusto não fazer uma referência à equilibrada, digna e festiva homenagem feita nesta sala aos eleitos de 1976. Será um dia que a história registará como data memorável levada a cabo pela AM e CM de Lagos. Aos que para ela contribuíram, o membro do G M I deixa aqui o seu mais reconhecido agradecimento. A história escreve-se, não se reescreve. O dia 12 de Dezembro de 1976 foi o dia em que uma página da história local foi desenhada em incunábulo de iluminuras incontamináveis. O Sr. Ministro veio anunciar o recomeço das obras de requalificação da EN 125. Mais uma vez se esqueceu o governo da variável de Odiáxere, velho sonho de quase quatro décadas. E, contudo, depois da primeira reunião desta sessão em Odiáxere, ficámos com algumas dúvidas se, hoje, a variável de Odiáxere é, para os cidadãos de Odiáxere, um custo ou um benefício. Por isso, sugerimos ao Sr. Presidente da Junta de Odiáxere que ausculte bem, e a fundo, o pensar dos seus habitantes, antes que se retome uma luta que, no fim, venha a ter mais despojados que despojos. O Gabinete de estudos estratégicos merece-nos sempre uma leitura atenta. Nós não compreendemos que seja possível gerir uma autarquia sem um forte suporte estratégico. O que define a boa ou má gestão, seja na política, seja em outras áreas vitais da vida, é o que cada um consegue conceber para o seu futuro. Mesmo contando com o imprevisível das circunstâncias. Na nossa opinião, se é verdade que somos nós e as nossas circunstâncias, também as nossas circunstâncias dependem da maneira como escolhemos as opções que fazem a nossa vida. Assim sendo, lemos com cuidado e atenção os destaques do G E E: lemos apresentações de candidaturas, lemos aprovações de candidaturas e, enfim, vemos a estrutura política que emerge, silenciosamente, do complexo mental e operacional deste Gabinete. Ainda bem que a estrutura multidisciplinar não absorveu o Gabinete. No âmbito do Suporte técnico – administrativo, o membro do G M I solicita seja informado sobre a leitura que a CM faz do artigo 270.º do OE 2017, que altera a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aditando o Artigo 99.º - A: “Consolidação da mobilidade intercarreiras ou intercategorias” e que no n.º 5 estende a sua aplicação, com as “necessárias adaptações”, aos trabalhadores das autarquias locais. O membro da G M I fundamenta a sua solicitação no facto de entender que este aditamento pode ser aplicado aos funcionários do Núcleo de apoio à AM, pelo que recomenda à Mesa da AM que não descure a informação pedida. Das obras, salientamos a empreitada para a “recuperação da Fonte Ornamental da Rotunda de S. João”, no valor de 149 500 euros, ainda que pensemos que deveria ser pensada uma alternativa mais sustentável. Dos processos contra a CM, pedimos uma pequena explicação ainda sobre a ação movida pelo campo de Espiche, com o valor processual de 36 milhões de euros. Nos acidentes de trabalho, o texto da Sra. Presidente refere 10 processos de sinistros. Qual a origem? A situação financeira, a debater melhor na próxima sessão da AM aquando da prestação de contas, não pode ser esquecida. Do texto da Sra. Presidente concluímos que 2016 fechou com um saldo do exercício de 5 767 mil euros, o que acumulado com o saldo do exercício anterior, permite um saldo transitado de 12 442 mil euros. Para uma gestão municipal que iniciou o mandato com altos valores



Fl. 23v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

deficitários, este saldo transitado não pode deixar de ser, por um lado, reconhecido e salientado, como, por outro, visto como desafio para uma gestão ousada, dinâmica e pós-moderna. Procedimentos concursais. Aprox registar o conjunto apresentado na Informação, com especial memória para os projetos relacionados com o sistema climático e o abastecimento de água e o saneamento básico. As operações urbanísticas continuam em crescendo, o que permite estabilizar o sistema financeiro e social do Município. Dos Serviços de Ambiente e Serviços Urbanos, registamos o esforço para reduzir as assimetrias existentes, bem como as disfunções ambientais. Sabemos que este ano é um ano de pressão, mas, para superar a pressão a melhor resposta é ser-se eficaz. Há, agora, condições para isso, desejando que a vontade política afaste constrangimentos contratuais ou outros, o que o seu responsável não deixará de fazer. Sr. Vereador, há alguma nota específica do MAI sobre o caravanismo? Na educação, comunicação, cultura e ação social, o ritmo imposto pela gestão municipal parece não sofrer quedas ou estrangulamentos. O que nos permite dizer que nem sempre o muito fumo corresponde a muito fogo. Permitam-me que transmita à responsável política o reconhecimento pelo modo como está a corresponder aos desideratos culturais e sociais do Município, com a sua postura tranquila e segura. E, por agora, é tudo, Sr. Presidente.”-----

-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) perguntou se o amianto existente na escola Sofia de Mello Breyner tinha sido retirado enquanto a escola estava em pleno funcionamento e se sim se tal estaria de acordo com o caderno de encargos. Referindo-se às autocaravanas que estacionam no recinto da feira franca, perguntou se existia algum controlo, uma vez que o número diário de veículos do género lá parqueados é elevado. Disse que verifica falta de civismo por parte das pessoas que costumam estacionar em cima do passeio antes da ponte D. Maria no sentido Lagos, Meia-Praia, e falta de intervenção por parte das autoridades em relação ao estacionamento ilegal que é feito no local.-----

-----O Sr. José Santos (BE) referindo-se às autocaravanas perguntou se o terreno do antigo campo de futebol do Esperança de Lagos, não teria melhores condições para receber as autocaravanas do que o recinto da feira franca. Relativamente aos Orçamentos participativos de 2015 e 2016 perguntou quantas ideias, das que foram aceites no âmbito deste Orçamento, vão estar concluídas até ao final do mandato. Perguntou se tinha sido feito algo, por parte da Câmara Municipal, junto das empresas que fazem a limpeza das ervas na via pública, para que não fosse permitido o uso do glifosatos. Referiu que o novo acesso à Escola Júlio Dantas ainda estava por fazer, pelo que solicitou informação sobre tal. Sobre a obra de requalificação da EN 125, disse que a mesma continuava parada. Fez referência aos inúmeros buracos existentes nas vias pública. Disse ter conhecimento da existência de dificuldade na cedência de salas, existentes nas instalações da antiga Escola Gil Eanes, a particulares para formações, workshops, etc.. Terminou lembrando que o Grupo Municipal tinha feito um Requerimento à Câmara Municipal em dezembro de 2016, o qual ainda não tinha obtido resposta.-----

-----O Sr. João Luís Gomes (PS) disse que o Grupo Municipal do PS destacava a excelente festa de passagem de Ano em Lagos, no entanto lamentava o facto de



muitos estabelecimentos de restauração estarem encerrados. Solicitou o balanço, por parte da Câmara Municipal, relativamente à visita que foi feita às empresas do Concelho. Perguntou sobre o ponto de situação relativamente à obra de recuperação da rotunda de São João. Sobre a repavimentação de artérias nas Colinas Verdes perguntou se a mesma já estava concluída e se tinham sido contemplados todos os arruamentos da localidade. Perguntou se as viaturas com caixa de carga e sistema de lavagem recentemente adquiridas pela Câmara Municipal já se encontravam ao serviço. Sobre o serviço prestado pela ALGAR perguntou se tem existido conversações para que não se verifique a deficiente recolha de recicláveis no próximo Verão, como o verificado no Verão de 2015. Em relação a viaturas abandonadas na via pública perguntou se o processo para retirar as mesmas era moroso. Sobre a intenção da Câmara Municipal em contrair um empréstimo para pagar o PAEL, perguntou que benefícios traria tal situação para o Município. Perguntou se já tinha sido publicado em Diário da República o procedimento concursal referente à primeira fase da requalificação da Ponta da Piedade. Destacou a reabertura do Centro Cultural de Lagos, após terem sido realizadas obras de beneficiação no local. Disse que várias obras estão a ser desenvolvidas por todo o Concelho, o que é um sinal de que está a ser feito investimento.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) saudou a positiva situação financeira do Município. Disse que a informação dada no documento em apreciação, em relação à reabilitação urbana, era curta. Solicitou mais informação relativamente ao que foi mencionado na Informação da Sra. Presidente da Câmara Municipal, sobre a limpeza urbana e recolha de resíduos sólidos urbanos. Disse que era preocupante a questão relacionada com autocaravanas em Lagos, mas ainda mais preocupante era as autocaravanas em Barão de São João. Perguntou o que estava previsto fazer nas Colinas Verdes relativamente aos esgotos e abastecimento de água. Relativamente à sinalética existente nas Freguesias Rurais, disse que em 2014 a Assembleia Municipal tinha aprovado uma proposta no sentido da Câmara Municipal elaborar um plano de substituição de material obsoleto, mas até à data não tinha a Assembleia Municipal qualquer informação referente ao deliberado em 2014.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou qual era a posição da Câmara Municipal em relação à consolidação da mobilidade intercarreiras dos serviços. Referindo-se ao concurso para auxiliares administrativos e às fardas para os colaboradores do Município, solicitou o ponto de situação e se estava pensado fazer algum regulamento sobre o fardamento de trabalho. Disse que existiam alguns Requerimentos elaborados pelo Grupo Municipal da CDU, dirigidos à Câmara Municipal, os quais ainda não tinham sido respondidos, pelo que perguntou se ia ser construído um hotel no parque de estacionamento da praia do Porto de Mós, se na obra de requalificação da escola conhecida como a P3, estava prevista a questão dos painéis solares, se existia alguma novidade relativamente ao denominado Projeto Erickson e ao terreno entre a praia da D. Ana e a praia do Camilo e se estava em tramitação na Câmara Municipal projetos de com grande valor de investimento e de criação de postos de trabalho. Perguntou se a Câmara Municipal se tinha candidatado a algum apoio do Estado para aquisição de viaturas elétricas para o



Fl. 24v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Município. Disse que o Estado tinha lançado um inquérito, junto das Câmaras Municipais, sobre edifícios públicos com amianto, pelo que perguntou se a Câmara Municipal tinha respondido ao mesmo e se o telhado da parte que dá apoio administrativo ao Canil Municipal tinha amianto.-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) desejou felicidades ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal no desempenho das suas funções de Presidente da ARS Algarve. Solicitou informação em relação ao término das obras da Escola Júlio Dantas. Disse que a questão das autocaravanas não deve ser da competência da Câmara Municipal, no entanto a mesma carecia de atenção, até porque as autocaravanas não pernoitam apenas do recinto da feira franca, nem em Barão de São João. Relativamente ao problema relacionado com o abastecimento de água a Bensafrim e ao Chinicato, solicitou informação. Referindo-se aos refugiados disse que muito se pode fazer relativamente aos mesmos, mas era necessário saber fazer a distinção entre um refugiado e um imigrante ilegal. Sobre limpeza das ruas disse que a mesma devia ser repensada uma vez que a que está a ser feita tem muitas deficiências. Disse que era necessário incentivar as pessoas a frequentarem o comércio local, durante todo o ano.-----

-----A Sra. Paula Couto (PS) solicitou o ponto de situação relativamente aos concursos de pessoal, em curso. Agradeceu o facto de a Câmara Municipal ter dado prioridade aos concursos referente a Assistentes Operacionais para as escolas do Concelho. Relativamente ao reativar das relações entre o Município de Lagos e os Municípios com os quais Lagos é geminado ou tem acordos, disse que as escolas estavam disponíveis para colaborar com a Câmara Municipal. Felicitou a Câmara Municipal por ter recebido o prémio ECO XXI, Bandeira Verde. Disse que a resposta atual da Câmara Municipal em relação a transportes para os alunos é muito melhor do que a que era dada há muito pouco tempo.-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João) felicitou a Freguesia de Odiáxere pela celebração dos festejos de Carnaval. Agradeceu à Câmara Municipal a intervenção feita na Urbanização das Colinas Verdes. Manifestou preocupação em relação ao processo de ampliação do cemitério novo de Bensafrim, pelo que solicitou informação sobre o assunto. Disse que partilhava a preocupação referida pelo Grupo Municipal do PSD em relação às autocaravanas em Barão de São João.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, sobre a consolidação da mobilidade intercarreiras, disse que no âmbito do reconhecimento do trabalho desenvolvido por um grupo de colaboradores do Município que estavam numa determinada categoria, mas que desenvolviam trabalho de categoria superior, em 2014, fruto de uma abertura do Orçamento de Estado, passaram a auferir vencimento da categoria superior, apesar de não mudarem de categoria, a consolidação dessa situação está agora a ser executada. Relativamente aos concursos para admissão de pessoal, que estavam a decorrer, disse que os mesmos estavam a seguir os devidos passos, no sentido de colmatar as necessidades de pessoal em diversos serviços da Câmara Municipal, acrescentando que os mesmos são válidos por dezoito meses. Sobre o concurso referente ao fardamento dos funcionários que



fazem atendimento ao público, disse que o mesmo estava a decorrer. Disse que a obra de reabilitação da rotunda d São João, estava a decorrer dentro da normalidade. Informou que o processo referente ao Campo de Espiche de Golfe tinha sido arquivado. Disse que felizmente não se tem verificado grandes sinistros com colaboradores municipais. Referiu que a retirada do amianto da escola Sofia de Mello Breyner, foi a principal razão para que fosse realizada a obra de requalificação da dita escola, tendo o amianto sido retirado durante um fim de semana perlongado, uma vez não ter sido possível ter sido retirado na altura prevista, que era durante as férias do Natal. Acrescentou que tinha havido uma falha por parte da empresa certificada que retirou o amianto, uma vez que não tinha retirado todas as telhas, pelo que a mesma empresa voltou à escola num dia de aulas, começaram a retirar o amianto ainda existente, mas os trabalhos foram suspensos pela Câmara e concluídos nesse mesmo dia, mas já sem alunos presentes na escola. Sobre as propostas que saíram vencedoras nos Orçamentos Participativos de 2015 e 2016, disse que a Câmara Municipal estava a trabalhar para que todas estejam executadas até ao fim do Mandato Autárquico. Disse que a antiga escola Gil Eanes tem muitas salas, mas as mesmas estão todas entregues, sendo que algumas são partilhadas. Sobre a nova entrada da Escola Júlio Dantas, disse que tem havido muita troca de correspondência entre a Câmara Municipal e a Parque Escolar, no entanto há o compromisso de que a obra será executada no Verão. Relativamente à construção de um hotel no parque de estacionamento da praia do Porto de Mós, informou que o processo tinha caducado, pelo que pensa não haver qualquer hipótese de ser retomado. Disse que o projeto Erickson não tinha desenvolvimento, assim como a situação do terreno entre a praia da D. Ana e a praia do Camilo. Informou que deu entrada na Câmara Municipal alguns projetos que vão gerar postos de trabalho. Sobre resposta ao inquérito sobre o amianto, disse não saber se a Câmara Municipal respondeu ao mesmo, ou não. Sobre a questão do fornecimento de água a Bensafrim, disse que se tratou de um problema relacionado com a conduta, sendo que o assunto está a ser tratado, verificando-se uma solução provisória enquanto a intervenção de fundo não esteja concluída. Disse que a ACRAL está a trabalhar no apoio ao comércio local em colaboração com a Câmara Municipal. Sobre geminações disse que as mesmas só são efetivas de existir intercâmbios entre as populações, sendo que as escolas têm desempenham um papel importante nesta ação.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o assunto das autocaravanas tem sido discutido na Câmara Municipal, mas ainda não existe uma solução. Informou que número de lugares da ASA – Área de Serviço de Autocaravanas, criada junto ao Estádio Municipal, em muito foi ultrapassado, sendo prova disso o elevado número de autocaravanas que parqueiam no recinto da feira franca, tendo acrescentado que as mesmas pagam para lá estarem e estão contabilizadas. Sobre o Orçamento Participativo, disse que todos os processos estavam a seguir o seu desenvolvimento. Disse que foi feito o balanço da atividade económica, sendo que os empresários mostraram descontentamento em relação à recolha do lixo e mostraram satisfação em relação às iniciativas que a Câmara



Fl. 25v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Municipal tem desenvolvido. Referiu que é também necessário que os empresários acompanhem as iniciativas da Câmara Municipal, o que por vezes não se verifica. Sobre o PAEL disse que a se concretizar um empréstimo à banca para liquidar o mesmo, a Câmara Municipal poderá poupar entre duzentos a trezentos mil euros, em juros. Informou que tinha sido aberto concurso para a primeira fase da requalificação da Ponta da Piedade e está a ser preparado o projeto para apresentação de candidatura a financiamento para a segunda fase da intervenção. Disse que quem estaciona nos parques de estacionamento subterrâneos para fazer compras no comércio local, têm desconto, bastando para tal apresentar o recibo da compra, aquando do pagamento do parque.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse que as autocaravanas podem estacionar num lugar desde que isso seja permitido, sendo que apenas pode ser condicionado o acesso a determinadas zonas. Sobre o estacionamento em cima do passeio junto à Ponte D. Maria, disse que é uma situação que é permitida. Sobre o uso de glifosatos disse que a indicação que a Câmara Municipal dá às empresas é de que minimizem a utilização do produto, no entanto nada existe de concreto em relação à proibição do uso do produto em causa. Disse que a Câmara Municipal tem trabalhado no sentido de acabar com buracos na via pública. Referiu que a data prevista para a conclusão da intervenção na rotunda de São João era a de 15 de março. Informou que as duas novas viaturas de caixa aberta adquiridas recentemente pela Câmara Municipal ainda não tinham sido entregues. Sobre a recolha de recicláveis, disse que tem havido conversações com a ALGAR no sentido de corrigir erros verificados no passado. Em relação a viaturas abandonadas na via pública, disse que todo o processo para retirar a viatura da via pública leva, na melhor das hipóteses, três meses. Sobre sinalética, disse que tem sido substituída alguma e mais irão ser substituída. Disse que a Câmara Municipal tinha entregado uma candidatura para aquisição de viaturas elétricas. Relativamente a problemas relacionados com o fornecimento de água ao Chinicato, esclareceu que não se tratava de falta de abastecimento, mas sim de pouca pressão da água, tendo sido detetado o problema, foram feitas algumas intervenções para solucionar o problema. Disse que a recolha do lixo no centro histórico está previsto realizar-se duas vezes ao dia, no período de época alta, para que não se verifique lixo espalho nas ruas durante o dia. Referiu que tem sido feito um esforço financeiro por parte da Câmara Municipal no sentido de reforçar e substituir o parque automóvel da Autarquia.-----

-----A Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Sara Coelho, sobre reabilitação urbana disse que foi feito um levantamento dos imóveis que têm que ser reabilitados e está a Câmara Municipal a trabalhar nisso. Em relação a refugiados disse que é um assunto que tem que ser abordado com toda a ponderação, para que não sejam cometidos erros e é necessário saber as diferenças entre refugiados e imigrantes ilegais. Informou que estava a ser preparada a candidatura referente à ampliação do Museu José Formosinho.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 23 horas, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da



Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 23 horas e 17 minutos.-----

-----O Sr. José Santos (BE) sobre o glifosatos disse que a Assembleia Municipal tinha aprovado uma Moção no sentido de não ser usado glifosatos no Concelho de Lagos, pelo que a Câmara Municipal deveria renegociar os contratos com as empresas e acabar com a utilização de glifosatos no Concelho. Sobre a segunda fase da requalificação da Ponta da Piedade, a qual vai ligar a Ponta da Piedade à praia do Pinhão, perguntou como iria ser feita com a existência do problema com o terreno entre a praia da D. Ana e do Camilo. Disse que havia dois anos que tinha falado sobre os azulejos que faltavam no moral da ponte para a marina, mas até à data os mesmos não tinham sido repostos. Lembrou que a rotunda do Continente, já podia ser requalificada. Alertou para o facto de junto aos viveiros municipais, existir algum entulho depositado.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) perguntou o que iria acontecer ao antigo hotel Golfinho se o dono do edifício não dar resposta às solicitações da Câmara Municipal. Deu os parabéns ao Carnaval de Odiáxere. Enalteceu o trabalho que a Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos estava a desenvolver a nível da limpeza dos parques infantis. Sobre o índice de transparência municipal, disse que existiam aspetos onde a Câmara Municipal podia melhorar.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que a Câmara Municipal continuava a claudicar nas respostas a requerimentos elaborados pelos Grupos Municipais, pelo que lamentou a falta de resposta aos referidos requerimentos e considerou não existir uma desculpa razoável para a situação em causa. Sobre uma Moção aprovada na Sessão de setembro de 2016, da Assembleia Municipal, sobre a legalização do Bairro 25 de Abril, situado junto ao apeadeiro da Meia Praia, disse que este era um assunto que durava há mais de quarenta anos e que se tratava de uma questão política e não técnica, pelo que não aceitava a resposta técnica da Câmara Municipal, de que o assunto seria tratado aquando da revisão do Plano de Urbanização da Meia Praia.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) referindo-se ao assunto das autocaravanas, disse que tem informação que os sinais colocados pela Câmara Municipal à entrada da cidade não existem no Código da Estrada e por isso são ilegais, tendo o Ministério da Administração Interna informado as Câmaras Municipais de tal, pelo que questionou a Câmara Municipal se tinha recebido tal informação do Ministério. Disse que não percebe o porquê das respostas enviadas a ofícios da Assembleia Municipal de Lagos, assinados pelo seu presidente, não são assinadas pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, mas sim por funcionários da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) disse que não tinha tido resposta em relação às falhas de fornecimento de eletricidade a Bensafrim, pelo que perguntou se a Câmara Municipal tem falado com a EDP sobre o assunto. Referiu que todos os monumentos em Lagos encerram à segunda-feira, pelo que sugeriu que fosse feita uma rotatividade de modo a que pelo menos um equipamento estivesse aberto às segundas-feiras, à semelhança do que acontece noutros Municípios. Sugeriu que fosse dada uma atenção especial à zona de embarque de passageiros que fazem



Fl. 26v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

visitas às grutas, junto ao Forte Ponta da Bandeira, uma vez que o acesso às embarcações, no local, não reúne todas as condições de segurança. Perguntou se já existia mais informação sobre o relatório referente à venda ambulante na Avenida dos Descobrimentos. Sobre a questão relacionada com o destino do antigo hotel Golfinho, disse que seria de todo interessante que a Assembleia e a Câmara Municipal concertassem estratégias conjuntas no sentido de fazer ver ao proprietário do edifício a preocupação do Município em relação ao imóvel em causa.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, começou por dizer que tinha registado a preocupação em relação aos glifosatos. Disse que tinha sido adjudicada a segunda fase do projeto referente à requalificação da Ponta da Piedade, resolvendo-se as questões com os proprietários à posteriori. Informou que os azulejos que faltam na ponte da Marina estavam prontos e iam ser colocados no local. Disse que o proprietário do edifício do hotel Golfinho, foi notificado pela Câmara Municipal para cumprir uma determinação da Câmara Municipal, pelo que caso não o cumpra sofrerá as respetivas sanções. Sobre o índice de transparência municipal disse que a Associação Nacional de Municípios Portugueses estava a tomar posição em relação à legitimidade da entidade autora da avaliação dos Municípios, não reconhecendo legitimidade a tal entidade para desenvolver o trabalho que estava a fazer. Sobre a falta de respostas a requerimentos dos Grupos Municipais, por parte da Câmara Municipal, disse que a Câmara Municipal tem muito trabalho. Relativamente à legalização do Bairro 25 de Abril, disse que também era da opinião de que a altura da revisão do Plano de Urbanização da Meia Praia, seria a ideal para ser tratado o assunto. Disse que não é hábito os técnicos municipais assinarem correspondência a enviar à Assembleia Municipal, mas pode acontecer, sendo essa situação não é sinónimo de desrespeito para com a Assembleia Municipal. Referiu que os museus em Lagos estão encerrados à segunda-feira, mas isso é norma em todo o País.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse que a rotunda do Modelo já tinha projeto o qual ia ser executado. Informou que tem havido conversações entre a Câmara Municipal e a EDP sobre a questão do fornecimento de energia elétrica a Bensafrim. Sobre a questão da comunicação do Ministério da Administração Interna, informou não ter conhecimento de qualquer comunicação feita pelo Ministério em causa relativamente à sinalética destinada aos auto caravanistas. Admitiu que os sinais colocados nas entradas da cidade podem não constar no Código da Estrada, mas os mesmos têm que estar colocados em jeito de informação aos auto caravanistas.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que agradecia que fossem dadas respostas aos requerimentos elaborados pelos Grupos Municipais à Câmara Municipal e que não fosse dada a resposta de que os Serviços da Câmara Municipal têm muito trabalho, dado que é por falta de vontade política que as respostas não são dadas. Perguntou quantos anos estavam previstos passar antes de ser iniciado o processo referente à revisão do Plano de Urbanização da Meia Praia.-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João) sobre a questão do fornecimento de energia



elétrica a Bensafrim, informou que o problema está na extensão da linha que fornece uma zona entre o Vale da Lama e Espinhaço de Cão, a qual passa pela extrema da Freguesia de Marmeleite, no Concelho de Monchique, Bensafrim, Barão de São João e Barão de São Miguel, a qual tem noventa e dois quilómetros. Disse que foram realizadas diversas reuniões com a EDP e que o que estava programado fazer, em 2018, no sentido de resolver o problema era a construção de uma subestação na Poldra.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que a falta de resposta por parte da Câmara Municipal aos requerimentos enviados pela Assembleia Municipal, nada tem a ver com a falta de vontade política. Referiu não saber quantos anos iam passar até que o processo de revisão do Plano de Urbanização da Meia Praia se iniciasse, mas esperava que não fossem muitos.-----

-----**PONTO 4 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES PARA AS ESCOLAS EB 1 E JARDINS DE INFÂNCIA – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO:** Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-587-12.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) considerou positivo o facto do concurso se estender ao Programa Viver o Verão. Disse que a informação técnica refere a falta de um técnico municipal na área da engenharia alimentar, pelo que questionou o que a Câmara Municipal estava a equacionar fazer para colmatar esta falha. Perguntou qual o valor base por refeição, bem como qual o valor do financiamento do fundo social, que a Câmara Municipal recebe.-----

-----A Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Sara Coelho, sobre a ausência do recurso humano, disse que a Câmara Municipal ia abrir concurso para contratar o recurso humano em causa. Em relação ao custo da refeição disse que o mesmo era de um euro e pouco, exceto as refeições fornecidas na Praia da Luz que era de três euros e pouco. Disse que o facto de o concurso ser por três anos trás vantagens para o Município.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da **EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES PARA AS ESCOLAS EB 1 E JARDINS DE INFÂNCIA – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO.**-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 25/AM/2017:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, autorizar a repartição de encargos, para os efeitos indicados no Artigo 22.º do Regime Jurídico da Realização de Despesas Públicas e da Contratação Pública e na alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º, da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, resultantes da aquisição de serviços que dará lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, referente ao Concurso Público para Fornecimento de Refeições e Lanches para as Escolas EB1 e



Fl. 27v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Jardins de Infância e para o Espaço Jovem de Lagos, nos anos letivos 2017/2018, 2018/2019 e 2019/2020, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 15 de fevereiro de 2017.-----

-----**PONTO 5 - DIA INTERNACIONAL DA MULHER, 8 DE MARÇO. ONU: “AGENDA 50-50, ATÉ 2030”. TEMA DA ONU MULHERES PARA 2017:** Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-587-13.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Membro Independente, José Alberto Baptista: “Que a Assembleia Municipal de Lagos, na sua Sessão Ordinária de fevereiro de 2017, delibere: 1 - Saudar o Dia Internacional da Mulher e apoiar a luta das mulheres e das jovens mulheres de todo mundo pelos seus direitos, sobretudo, nos países e locais onde os mesmos são mais negados e causam mais sofrimento. 2 - Solicitar ao Governo português informação sobre a situação da participação de Portugal no “Objetivo 5, igualdade de género” da Agenda 2030, e como entende a participação dos Municípios na sua execução. 3 - Que a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal decidam celebrar, conjuntamente o “Dia Municipal da Mulher”, ou, em Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, ou, em Sessão Pública a realizar durante o mês de março.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Saudação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Considerando que: - a origem histórica desta data e a importância do papel, da participação e da luta das mulheres devem ser valorizadas como forma de homenagem às mulheres que, antes de nós, lutaram duramente pelos seus direitos, mas também como estímulo às novas gerações para que prossigam este exigente, necessário e inacabado rumo; - em 2016 se cumpriu o 40.º aniversário da Constituição da República Portuguesa (CRP) que eliminou pela primeira vez todas as formas de discriminação na lei, incluindo as discriminações por razão de sexo; - também o poder local, que assinala 40 anos das primeiras eleições para os seus Órgãos, tem assumido um importante papel no assinalar desta data e na promoção dos valores da igualdade de direitos das mulheres, ancorados nos valores de Abril e nos princípios e direitos consagrados na CRP; - apesar do reconhecimento da igualdade na lei, persistem desigualdades e discriminações sobre as mulheres nas mais diversas áreas da vida – trabalho, família, participação cívica, exercício de direitos, entre outras – que urgem ser extintas para a prossecução de uma sociedade liberta de exploração e discriminação, uma sociedade justa, fraterna e solidária; - as opções políticas dos últimos anos empobreceram grande parte da população portuguesa com repercussões mais gravosas sobre as mulheres trabalhadoras, reformadas e jovens: maior desemprego feminino, aumento do número de mulheres a viver abaixo do limiar da pobreza (com referência obrigatória às famílias monoparentais lideradas por mulheres nesta condição), diminuição de salários, aumento da precaridade; de destacar ainda outras formas de violência sobre as



mulheres que persistem: a violência doméstica, o assédio, as dificuldades no acesso à educação, à saúde ou à participação política; - se iniciou um caminho de recuperação de rendimentos e de direitos, que têm estado na base da luta travada nos últimos anos, de vital importância para a melhoria das condições de vida das mulheres: a reposição do horário de trabalho das 35 horas semanais na Administração Pública; o aumento do salário mínimo nacional; a reposição dos quatro feriados suspensos; a eliminação das penhoras e hipotecas da habitação em execuções fiscais. Este é um processo que importa prosseguir e consolidar, com as mulheres como sujeitos ativos na luta para responder aos problemas mais sentidos e pela concretização da igualdade na lei e na vida; - se cumprem 10 anos do voto favorável do povo português em referendo que despenalizou a interrupção voluntária da gravidez, pondo fim a décadas de sofrimento, injustiça e humilhação das mulheres, e em que a nova maioria na Assembleia da República rechaçou a alteração à lei decidida no último dia da anterior legislatura e que penalizava as mulheres que recorriam à IVG, pondo fim a uma atitude revanchista contra os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. - Os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 21 de fevereiro de 2017, delibere: 1 - Saudar o Dia Internacional da Mulher que se assinala no próximo dia 8 de março, a luta das mulheres pelos seus direitos e as muitas comemorações que decorrem no País alusivas à data. 2 - Saudar todas as mulheres que ousam combater os preconceitos e a invisibilidade, que se organizam e lutam contra a discriminação, que não abdicam de ocupar o seu lugar por direito, seja no local de trabalho, no Poder político, no associativismo, nos sindicatos, em todos os espaços desta longa caminhada pela igualdade.”-----
-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, o seguinte Voto de Louvor, apresentada pelo Grupo Municipal do PS: “No período de 1 a 8 de março de 2017 decorre na região algarvia a XXIV edição da Algarve Cup, prestigiada competição desportiva no mundo do futebol feminino internacional, que este ano servirá de ensaio geral para o Campeonato da Europa, onde Portugal participará pela primeira vez, em julho de 2017. Para além de Portugal, teremos entre nós as equipas da Dinamarca, da Rússia, do Canadá, da Noruega, do Japão, da Islândia, da Espanha, da Suécia, da Holanda, da Austrália e da China. Cláudia Teresa Pires Neto, atleta lacobrigense atualmente ao serviço do clube sueco Linköpings FC, é a futebolista da Seleção A com maior número de internacionalizações, sendo detentora de um vasto palmarés: - Há vários anos que assume a liderança da Seleção Portuguesa de Futebol Feminino como capitã da equipa. - Até à data completou 132 internacionalizações (100 pela Seleção A; 30 pela Seleção sub-19 e 2 pela Seleção sub-18). - Teve a sua primeira internacionalização a 12 de maio de 2004. - No dia 1 de março de 2017, no jogo com a Rússia, em Lagos, realizou o 100.º jogo ao serviço da Seleção A. - É a primeira futebolista portuguesa a fazer parte da lista das 15 candidatas à posição de médio no onze ideal da FIFPro (Federação Internacional dos Jogadores Profissionais de Futebol), referente ao ano de 2016. - Foi eleita a melhor jogadora do Campeonato Nacional de Futebol Feminino Sueco. - Contribuiu de forma decisiva para o apuramento histórico da Seleção Portuguesa de Futebol feminino para o Campeonato da Europa de 2017 que decorrerá na Holanda. Considerando este



Fl. 28v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

percurso de vida que evidencia um elevado profissionalismo, competência e dedicação a uma profissão durante muito tempo exclusiva dos homens, os eleitos do PS propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida no dia 1 de março de 2017, 1 - Aprove um Voto de Louvor à atleta Cláudia Neto, felicitando publicamente a participação e desempenho desta atleta que, pelo seu talento e esforço, persistência, motivação e dedicação, contribuiu para estes notáveis feitos para o desporto nacional e ajudou a projetar o nome de Portugal no futebol feminino europeu. 2 - Dar conhecimento desta deliberação à atleta e sua família, à Federação Portuguesa de Futebol e à Comunicação Social.”-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) fez a seguinte intervenção: “Sra. Presidente da CM, Joaquina Matos, Sra. Vereadora, Sara Coelho, Sra. Membro da AM, Adélia Fuzeta (PSD), Ana Margarida Martins (LCF), Ana Paula Viana (CDU), Cristina Marreiros (LCF), Maria Clara Rato (PS), Maria Paula Couto (PS), Sónia Melo (PS), Aceitem, em nome do Grupo M Independente as mais cordiais saudações pela vossa participação na vida política municipal. Ainda que em minoria, o prestígio que trazem à democracia local não pode deixar de ser reconhecida, como o membro do G M I hoje o quer fazer, nas vésperas da memória do Dia Internacional da Mulher. O Dia Internacional da Mulher é mais que uma data, que um mito, que uma narrativa. É tudo isso e tudo mais que isso. São histórias de vida e de lutas, de conquistas, de sucessos e insucessos. São o quotidiano histórico de ser mulher. Escrevia, há dias, Maria Filomena Mónica: “Claro que a sociedade portuguesa continua a ser deploravelmente machista... A única forma digna de nós, mulheres, ascendermos ao topo é através do esforço. Hoje, somos melhores, mais bem preparadas e mais lutadoras que eles. No que me diz respeito, não quero andar por aí com um rótulo ao pescoço onde está escrito o sexo a que pertença. Eu não sou uma “mulher”, sou um ser humano, e como tal, quero ser tratada”. Mesmo que possa haver uma mensagem subliminar neste texto, a verdade é que a vossa presença aqui, nesta sala, é o resultado do bom esforço da vida, sem que tivesse havido necessidade de colocar qualquer rótulo ao vosso pescoço. E o Dia da Mulher só tem aqui sentido se todos, membros de órgãos políticos municipais, aceitemos que somos iguais em direitos, em esforços e em realizações. Quando escrevemos o texto que faz parte do ponto de hoje, fizemo-lo para que pudesse haver um debate sereno e amplo sobre o sentido da igualdade de género e o modo como hoje as sociedades nacionais e locais o aceitam e praticam. No nosso texto, na página 15, no ponto V. Recomendações e Propostas, apresentamos três recomendações/propostas; mas, deixámos uma quarta para este momento. Porque vai dirigida diretamente a cada uma de vós. Segundo a nossa Lei autárquica, Lei 75/2013, à Câmara Municipal compete, entre outras funções, “Assegurar a integração da perspectiva de género em todos os domínios de ação do Município, designadamente através da adoção de planos municipais de igualdade”. Alínea q) do n.º 1. do Artigo 33.º da Lei 75/2013. Surpreendente, o esquecimento a que tem sido votada esta obrigação legal? Pois, nesta sessão da AM, o membro do G M I recomenda aos membros saudados nesta AM que apresentem, em próxima sessão da AM, uma de “Proposta de Plano Municipal para a Igualdade” para que o mesmo possa vir a ser aceite e aprovado por todos os órgãos autárquicos



locais: CM, AM e Freguesias. Assim, se completam as orientações e recomendações contidas no nosso Texto. Sobre o texto apresentado pelo membro G M I, estamos disponíveis, para além da votação das Recomendações e Propostas do Ponto V., a esclarecer qualquer outro assunto nele contido. Aproveitamos para afirmar que damos o apoio à Saudação da CDU, bem como ao voto de louvor PS, apresentados neste ponto da ordem do dia.”-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) disse que não é por acaso que se fala dos cinquenta, cinquenta, talvez em 2030 sejam os homens que precisam de cinquenta por cento de quota, uma vez que as mulheres chegam lá por mérito.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que é importante fazer as Moções que são habitualmente trazidas à Assembleia Municipal sobre o Dia Internacional da Mulher. Referiu que em 2010 tinha sido aprovado, pela Assembleia Municipal, a criação do Dia Municipal para a Igualdade, sendo que em 2011 foi instituído o dia 2 de abril como sendo o Dia Municipal para a Igualdade, pelo que não tendo sido revogada tal deliberação, a mesma tem cabimento na Moção apresentada pelo Membro Independente.-----

-----A Sra. Maria Clara Rato (PS) agradeceu as palavras proferidas pelo Sr. José Alberto Baptista, dirigidas a todas as mulheres presentes na sala. Disse que as coisas estão a mudar, mas muito lentamente.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) anunciou o voto favorável do Grupo Municipal do PSD nos documentos apresentados pelos Grupos Municipais, neste Ponto da Ordem do Dia. Disse que a questão verificada no Século XIX, mudou para sempre o papel da mulher na sociedade. Terminou deixando a sua homenagem às mulheres com um “Viva as Mulheres”.-----

-----O Sr. Eduardo Andrade (PS) fez a apresentação do Voto de Louvor apresentado pelo Grupo Municipal do PS.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção apresentada pelo Membro Independente, José Alberto Baptista.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 26/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Membro Independente, José Alberto Baptista.-----

-----Seguidamente passou-se à votação da Saudação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 27/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Saudação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Seguiu-se a votação do Voto de Louvor apresentado pelo Grupo Municipal do PS.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 28/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, o Voto de Louvor apresentada pelo Grupo Municipal do PS.-----

-----**PONTO 6 - APRECIACÃO DOS RELATÓRIOS DAS COMISSÕES ESPECIALIZADAS, REFERENTES AO ANO DE 2016:** Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida



Fl. 29v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-587-17.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) enalteceu e apreciou, favoravelmente, os relatórios apresentados das 1.^a e 4.^a Comissão.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) lembrou que os trabalhos da 4.^a Comissão, da qual era o Coordenador, irão ficar encerrados, no presente mandato autárquico, com a realização do último Debate das II Jornadas de Lagos, o qual se realizava no dia 18 de março.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), eram 0 horas e 22 minutos, da madrugada do dia 2 de março, declarou encerrada a Sessão.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

.....
.....
